

MEMÓRIA

1 – Participantes

ASSOCIADO	Representantes
ASES	Manoel do Prado Vasconcelos
ASSEDIS	Diego Rossini Albuquerque
ASSEDIS	Domingos Luiz Pingo
CDL	Brenno Barreto
CRC	Ângela Andrade Dantas Mendonça
FACIASE	Anselmo de Oliveira
FENEN	José Joaquim Macedo
FIES	José Abílio Primo Guimarães
FIES	Rodrigo Rocha
FIES	Larissa de Menezes Baracha
Junior Achievement	Robson Pereira
SESCAP	Susana Souza S. Nascimento
SESCAP	Gleide Selma Santos
SHRBSE	Manoel Lisboa Barbosa
SICOFASE	Carlos Batista Dias
SINCADISE	José Heraldo de Oliveira
SINCADISE	Hugo Lima França
SINCODIV	Willian Gonçalves Lott
SINCOR	Erico José Melo Nery
SINDESP	Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
SINDILOJAS	Manoel Caetano da Silva
SINDPESE	Flávio Henrique Barros Andrade
CONSELHO SUPERIOR / DIRETORIA	
Conselho Superior	Geraldo Soares Barreto
Conselho Superior	Luiz Eduardo de Magalhães
Colaborador	Walker Martins Carvalho
Diretoria - Coordenador	Alexandre Porto
Assessoria Jurídica	Cléverson Chevel
Assessoria Jurídica	Milla Cerqueira
Secretaria Executiva	Márcio Monteiro
ENTIDADE / STATUS	
Convidado	João Ricardo Magalhães (Acese)
Convidado	Sthailotan Douglas Santos (FIES)

2 – Pauta

2.1 Aprovação da memória da reunião de 02.06.2015

Alexandre Porto

Abriu a reunião agradecendo a presença expressiva de membros em não havendo palestrante e solicitou que caso houvesse alguma retificação ao texto da memória da reunião anterior que se manifestasse. Como não houve manifestação, a memória foi aprovada.

2.2 Informes da Coordenação

Alexandre Porto

O Coordenador deu boas vindas aos representantes que pela primeira vez participam da reunião: Carlos Batista Dias, do Sicofase; William Gonçalves Lott, do Sincodiv; Elizângela Aciole dos Santos, do CJE; Manoel Caetano da Silva, do Sindilojas, e Domingos Luiz Pingo, da Assedis. Comunicou sobre o envio do primeiro BIT - Boletim Informativo Tributário, elaborado pelo advogado Cleverson Chevel, que será alternado semanalmente com o Boletim Jurídico, que será produzido pela advogada Milla Fonseca. Alexandre informou que as entidades poderão sugerir temas aos dois assessores para maior proveito e dinamismo. Os boletins da FIES e da Fecomércio continuam a ser encaminhados para todos os e-mails cadastrados na Secretaria. Em seguida, o Coordenador deu início à reunião, apresentando o economista Rodrigo Rocha como palestrante e orientando os presentes para que se inscrevessem para as perguntas ao final da apresentação do Secretário.

2.3 Apresentação econômica

Rodrigo Rocha

Abordou o tema: cenários de inflação, inicialmente explicando a distinção entre diferença de preço e inflação. Destacou que existe inflação de demanda que é causada pelo excesso de procura em relação à oferta, resultante da pressão de algumas variáveis econômicas. Utilizando dados apresentados recentemente pelo Presidente do Banco Central pra sua explanação, destacou que a inflação acumulada de 8,2% decorre do repasse de preços monitorados que estavam represados, e da taxa de câmbio que impacta fortemente o custo da produção e contribuindo em parte desse índice. Mas para Rodrigo, o foco está em expectativas, que apesar das dificuldades e ajustes, projetam-se resultados aceitáveis já a partir de 2016, estabilizando-se no horizonte de 2019. A inadimplência tende a reduzir e com os ajustes realizados pelo Governo o Boletim Focus (de mercado) percebe como corretas as medidas adotadas.

José Heraldo de Oliveira

Questionou se na visão do economista a indústria irá repassar integralmente ou irá absorver parte desses aumentos?

Alexandre Porto

Solicitou que todas as perguntas ficassem para o final da reunião, passando a palavra para o advogado Cleverson Chevel.

2.4 Apresentação jurídica

Cleverson Chevel

Alertou para a questão do decreto estadual que determina que as empresas de construção civil recolham 3% sobre o valor de aquisição de mercadorias destinadas a seu uso ou consumo.

Trata-se de um engodo, porque as empresas não devem qualquer diferencial de alíquota de tributo e a questão já foi pacificada pelo STF. Outro ponto importante é que o STF decida pela cobrança do ICMS que deixou de ser recolhido pelo PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, cabendo às empresas beneficiadas aderirem a processos que já se encontram em andamento visando unicamente postergar até o ponto da sua prescrição. Boa notícia é o entendimento do STF de que os créditos do PIS e Cofins decorrentes do uso de produtos de higiene e limpeza possam ser compensados no pagamento de tributos, em razão da natureza do serviço. No caso do PSDI, os créditos apurados na fase de implantação do empreendimento poderão ser compensados posteriormente. Mas a grande novidade foi a aprovação da Lei Estadual 7.995/2015 que inovou em favor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ao introduzir de forma impositiva o cumprimento das regras relativas ao tratamento diferenciado nas compras públicas, com destaque para a reserva de cota de 25% pra aquisição de bens de natureza divisível e a exigência de subcontratação de ME e EPP para obras e serviços. Finalmente, falou sobre a disposição dos representantes da SEFAZ em realizar um reunião específica sobre revisão dos critérios de cobranças de multas visando melhor adequação e proporcionalidade.

Alexandre Porto

Sugeri o encaminhamento de correspondências: ao Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando empenho no cumprimento da nova lei, e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado para que fique atento e oriente a operacionalização do processo de compras nos executivos estadual e municipal.

Cléverson Chevel

Sugeri uma nota pública.

Alexandre Porto

Concordou, mas desde que após o período junino e o encaminhamento de correspondência sobre o assunto ao Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado. Em seguida, passou a palavra para José Heraldo de Oliveira para que o mesmo fizesse um resumo da reunião na Sefaz, reforçando que as entidades que queiram participar do Grupo de Trabalho que manifestem o interesse junto à Secretaria do Fórum e que Heraldo está à frente da coordenação do Grupo.

José Heraldo de Oliveira

Explicou que as reuniões são entre técnicos da SEFAZ e representantes de entidades do Fórum que tenham sugestões ou demandas de interesse de cada setor e também o que a Fazenda está planejando. Segundo Heraldo, nos últimos anos tem havido avanços, mas sempre é bom ter quem defenda seu segmento, em razão do Fórum ser muito amplo e certos temas específicos, requerem gente com conhecimento suficiente para defender qualquer proposta, mesmo tendo o assessoramento contábil e jurídico tributário de Suzana Nascimento e Cléverson Chevel, respectivamente. Informou que brevemente o Estado poderá estabelecer formas de dificultar a entrada de importados e adequação da substituição tributária diferenciada para MPE, que hoje pagam a mesma carga de tributo. Ficou definida reunião liderada por Jorge Flavio (Acomac) para discussão de propostas para o setor de material de construção, com agenda sempre propositiva para avaliação da Sefaz. Informou ainda que já existe um novo procedimento *on line* do ITCND - *Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos* pelos cartórios e que o "Conta Corrente" está operando. Finalizou enfatizando que por mais justa que seja qualquer demanda do meio empresarial, sempre se faz necessária a presença de alguém que tenha conhecimento de causa. Concluiu informando que as reuniões passam a ser bimestrais e que a próxima está agendada para 1º de agosto próximo.

Suzana Nascimento

Informou que o chamado Domicílio Eletrônico nada mais é que uma caixa postal na qual são registrados os comunicados da Fazenda e autos de infração, exigindo das empresas uma rotina de monitoramento diário. Destacou que essa tarefa de acompanhamento de informações do domicílio fiscal não é atribuição dos contadores e sim do contribuinte com seu respectivo certificado digital.

Alexandre Porto

Solicitou ao Secretário Executivo que sempre que houver reunião do Grupo com a Sefaz, que seja reservado um espaço na pauta da reunião almoço subsequente para que o Coordenador Heraldo faça um resumo dos trabalhos.

2.5 Apresentação dos temas a serem debatidos em 2015

Foi suprimido em função do tempo com relatos dos membros do grupo de trabalho da Sefaz.

2.6 Discussão de assuntos levantados por membros do Fórum:

Educação em Sergipe

Luiz Eduardo de Magalhães

Relatou que desde 2002 o Fórum Empresarial tem preparado documentos destinados aos candidatos ao Governo de Sergipe e em todos eles tem sido destacada a preocupação da classe empresarial com o tema educação, e que no último documento elaborado em 2013 foi acompanhado de anexo específico com considerações sobre a educação em Sergipe e destacado este como um dos grandes desafios a serem priorizados pelo novo Governo. A educação em Sergipe historicamente é tratada de forma ruim e hoje somos o último colocado no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mede a qualidade de ensino nesse nível de ensino. O documento preparado para os candidatos da eleição de 2014 faz referências a dados apurados em 2011, cujas informações já eram muito ruins, e para nossa surpresa os números de 2013 indicam que a educação em Sergipe piorou de qualidade, chegando a ser o último no ranking do Ensino Fundamental. Não se promove desenvolvimento sem educação, até porque produtividade está diretamente relacionada à educação. Porém, não podemos deixar de reconhecer que pela primeira vez vemos um Secretário com disposição de enfrentamento do problema, apesar da reação enfática do magistério que há muito tempo permanece em estado de greve. A sugestão é de que seja feita uma discussão sobre o tema para depois nos manifestarmos publicamente. Hoje assistimos o Secretário de um lado e os grevistas do outro, sem que a sociedade se manifeste. Portanto, resta ao Fórum redigir um documento para divulgação se manifestando pela necessidade urgente de melhoria da qualidade do ensino em nosso Estado.

Alexandre Porto

Propôs que antes fosse feito convite ao Secretário Jorge Carvalho para falar sobre as ações que estão sendo desenvolvidas, conforme sugerido por Ancelmo de Oliveira.

Jorge Santana

Parabenizou Luiz Eduardo por trazer à discussão tema tão relevante e importante para o desenvolvimento econômico do Estado, destacando que ficou sabendo de que o Secretário da Educação elaborou um plano com sua equipe técnica muito consistente e que propõe modificações na legislação pertinente. Iniciarão esse processo dando ciência à sociedade para que todos tenham conhecimento e possam se manifestar. O assunto mexe com muitas questões sensíveis e seria muito importante conhecer esse plano até para subsidiar o

posicionamento do Fórum Empresarial, conhecendo a realidade e as propostas para a solução dos problemas da educação.

José Haroldo de Oliveira

Citando a manifestação capitaneada pelo Fórum no km 94 da BR 101, destacou que em certas oportunidades as entidades devem se distanciar das paixões e posicionamentos pessoais e focar mais nos interesses do setor produtivo. Aproveitou a oportunidade para dizer da necessidade das entidades unidas se manifestarem simbolicamente no caso da BR 101, como se estivessem cobrando soluções para os grandes problemas de infraestrutura, e o Fórum deve encampar esse movimento com objetivo compartilhado com a sociedade civil e o setor produtivo. O Fórum não deve se manifestar de forma extemporânea, mas sobre questões consistentes visando a melhoria contínua da educação e da infraestrutura por serem dois temas importantes para o desenvolvimento. Precisa, enquanto representante do setor produtivo, assumir os desafios, discutir o financiamento público e questionar o custo das estruturas dos poderes.

Alexandre Porto

Os demais temas serão discutidos ao longo do ano e que os assuntos do momento são a merenda escolar e a qualidade da educação.

Marco Pinheiro

Manifestou que não existe dinheiro para manter todas as escolas funcionando e os gestores públicos ainda responsabilizam o cidadão pelos problemas da educação. Ao se referir ao presidente da federação das escolas particulares, presente à reunião, disse: “Ai do menino que destruir uma carteira na escola particular, pois o pai irá ressarcir de imediato o prejuízo causado pelo filho”. Acho que o ministério público deve se inserir nessa discussão e orientar o gestor público no sentido de responsabilização por ações de vandalismo causadas por adolescentes nas escolas, pois do contrário nunca haverá dinheiro suficiente para consertar e por um fim à destruição do patrimônio público. Enquanto o magistério só discutir salário e os meninos ficarem intocáveis, não se poderá discutir melhoria de qualidade no ensino público. Há mais de 50 anos ouvimos a lideranças, a exemplo da Deputada Ana Lúcia, a dizer que a educação paga mal e o Estado não paga porque não quer. Conversando com um assessor do Secretário atual ficou sabendo sobre a existência de privilégios no meio que agravam o problema e enquanto não for solucionada a questão da depredação e houver real compromisso com a melhoria da qualidade, qualquer outra iniciativa será vazia. As escolas públicas têm uma frequência muito baixa, sendo melhor do ponto de vista do custo, que o Estado remunerasse as escolas particulares para prestarem esse serviço, pois ao menos teriam sempre professores em tempo integral, sem paralizações (greves), qualidade de ensino e baixo custo/aluno. Dar aula em uma escola que não ofereça as condições mínimas de trabalho é muito difícil. Não há equipamentos que cheguem, pois pessoas da própria comunidade sistematicamente roubam qualquer coisa que possa ser transformado em dinheiro. E não é a vigilância que irá resolver isso, em razão de que em certos bairros da periferia de Aracaju só se chega com apoio do Choque. As famílias têm que ser chamadas e receberem o seguinte recado: “ Vocês sim estão destruindo suas próprias escolas. Parem de reclamar e de destruir”.

Cléverson Chevel

Como não conseguimos atacar todos os problemas que nos afligem, temos que agir da mesma forma que os “marqueteiros”, buscando algo simbólico que chame a atenção e desperte o interesse da população, como a questão do buraco da BR 101. É como se disséssemos: ‘E o Estado vai continuar assim?’. Pode-se fazer uma manifestação em uma das escolas públicas deteriorada e sem manutenção para perguntarmos à sociedade se irá continuar assim, provocando uma reação da parte do Poder Público.

Milla Fonseca

Falou sobre livro que leu recentemente sobre gestão e que reforçou ainda mais a sua preocupação com o projeto de educação, que na sua visão devem-se à má gestão pública. Lembrou de um projeto interessante que seria implantado há tempos atrás, denominado Gestão Integral da Escola e que inexplicavelmente foi descontinuado em uma dessas mudanças de Governo. Concluiu sugerindo que o Fórum convidasse representante dos Institutos Áquila ou Falconi para falarem sobre o assunto.

Luiz Eduardo de Magalhães

Disse que a manifestação que sugeriu decorre dos fatos estarem acontecendo agora e que ao esperarmos três semanas para ouvir o Secretário, estaremos perdendo a oportunidade do melhor momento nos manifestarmos. Mesmo reconhecendo que a presença do Secretário será sempre importante.

Alexandre Porto

Submeteu à aprovação o convite ao Secretário de Estado da Educação Jorge Carvalho para apresentar a seu plano de ação na reunião de 07 de julho próximo.

Joaquim Macedo

Disse que na qualidade de Presidente do Conselho Estadual de Educação, acompanha de perto o plano de educação que está em elaboração pela SEED e que será encaminhado para a Assembléia Legislativa até o próximo dia 25. Os indicadores caíram em todo o País e existem escolas públicas que ficam todo o ano letivo sem aula por falta de professor. Os problemas mais básicos precisam ser superados antes de tudo, que hoje a preocupação maior é de que o aluno chegue à universidade sabendo ao menos as quatro operações e interpretar um texto. Hoje não existe método de medição de conhecimento como havia no passado, chamado Admissão, e hoje pode-se ter acesso à universidade simplesmente em troca por um quilo de alimento. Embora os professores na escola pública sejam na sua maioria os mesmos que atuam nas escolas particulares, as condições de trabalho seguramente não são as mesmas. Se a escola privada recebe um aluno que precise de reforço escolar ele terá dupla jornada até que adquira nivelamento do aprendizado, coisa que não acontece no ensino público.

Luiz Eduardo de Magalhães

Esclareceu que a sua proposta não é contra ou a favor dos professores. A questão é outra, que os problemas necessitam ser enfrentados, independentemente de discussões entre patrão e empregados, ou governo e professores. O problema é a qualidade do ensino.

Alexandre Porto

Entende que o assunto deve ser mais debatido e que possamos ouvir o Secretário Jorge Carvalho e posteriormente definir os encaminhamentos. Definindo uma apresentação do secretário Jorge Carvalho em 07 de junho próximo, sugerindo a Luiz Eduardo que elaborasse uma minuta de documento, visando posterior publicação.

Merenda Escolar

Geraldo Soares Barreto

Iniciou dizendo que a classe empresarial não pode ser desmoralizada em nome de alguns, e que entende a questão da merenda escolar como um crime hediondo, embora reconheça que não seria possível abordar o assunto com a profundidade que merece, em função do pouco tempo que resta para o encerramento da reunião. Disse que não podemos nos omitir do problema com o risco de ficarmos com a consciência pesada por não nos posicionarmos perante a opinião pública. Temos que agir logo e protestar, seja pela merenda escolar, seja

pelo buraco da BR 101.

Alexandre Porto

Temos que ter coragem de debater e definir uma agenda que possa evoluir com resultados práticos. Assim como na merenda escolar, mensalão ou petróleo, a figura central é o empresário, sem o qual não existe corrupção. Sempre haverá quem compre e quem venda da mesma forma que existem advogados bons e advogados de porta de cadeia. Toda profissão ou atividade tem seus problemas. Estamos aqui há 15 anos debatendo sempre os mesmo assuntos, mas a evolução não aconteceu como pretendíamos.

Marco Pinheiro

Falou que todos conhecem a dinâmica dos processos de licitação, mas o que estranha é a quantidade de órgão de controle com carreiras excelentemente remuneradas, onde todos recebem o teto (leia-se o máximo) da remuneração, mas que desconhecem o que todos nós sabemos sobre: veículos, merenda, obras, subvenções, entre outras naturezas de certames bem problemáticos. Fiscalização inexistente do poder público no poder público, ao contrário da Fazenda, que usa os melhores recursos tecnológicos para realizar a sua missão de cobrar impostos. A questão da merenda deve-se à ineficiência do Estado, caro, onde ninguém fiscaliza nada e todos convivem com disso.

Alexandre Porto

Reafirmando o que havia dito a Geraldo Barreto, o tema merenda é tão importante que acabou sendo debatido.

Ângela Dantas

Disse participar de um programa de voluntariado da classe contábil e que tentou com muita luta conquistar um assento no Conselho Estadual de Alimentação Escolar para dar orientação contábil, pretensão que agora foi alcançada. Relatou que na sua primeira reunião do Conselho percebeu o baixo nível dos seus componentes, que não têm a menor condição de fiscalizar por falta de conhecimento técnico e de meios de mobilidade, mas que tentará ajudar nos controles e acompanhamento das prestações de contas no que for possível. O Secretário Jorge Carvalho comprometeu-se em capacitar um grupo de contadores para orientar os diretores de escolas nas prestações de contas da merenda. Ângela afirmou que o Conselho Regional de Contabilidade vai batalhar para permanecer com assento no Conselho, contribuindo de forma voluntária neste apoio à educação.

Jorge Santana

Acha válida, tanto a manifestação sobre o aniversário do buraco da BR que simbolicamente representa as nossas deficiências em infraestrutura, quanto no caso da merenda escolar, cobrando responsabilidade dos responsáveis por ela. Não é todo empresário que está envolvido em esquemas de corrupção e repudiamos aqueles que fazem isso. Ninguém é obrigado a entrar num esquema desses. Devemos defender o bom empresário, o justo, o honesto, que paga seus impostos. As duas sugestões cabem perfeitamente neste momento, apenas a de Luiz Eduardo sobre a qualidade do ensino, concordo em esperar para conhecermos mais a fundo o problema.

Alexandre Porto

Podemos agendar uma visita ao Conselho de Alimentação ou irmos até uma escola para sabermos como está funcionando a merenda, demonstrando a nossa preocupação.

Marcos Pinheiro

Prontificou-se a dar o bolo e garantir a segurança na manifestação da BR 101.

Cléverson Chevel

Disse que o Fórum é uma entidade da sociedade civil que se fortaleceu ao longo dos seus 15 anos, que tem grande representatividade e voz. Sugere que se busque espaço em um jornal para que semanalmente sejam divulgadas matérias sobre os debates realizados nas reuniões do Fórum.

Alexandre Porto

Falou sobre as deficiências de estrutura e de recursos do Fórum, até para viabilizar uma assessoria de imprensa neste momento, com uma inadimplência próxima de 50%. Temos trabalho, somos reconhecidos pela sociedade civil, mas não temos recurso para viabilizar nada. Precisamos primeiro nos estruturar minimamente, mas fica registrada a sugestão de Cléverson que pode ser viabilizada por algum jornal local. Pediu ao Secretário Executivo do Fórum que verifique a possibilidade, mesmo que para isso tenhamos que buscar patrocínio. Temos que profissionalizar o Fórum e deixar de lado o voluntariado eventual, ganhando corpo para poder atuar junto à sociedade. Em seguida, colocou em votação a manifestação na BR 101, sendo aprovada. Orientou para que o Secretário providenciasse correspondências ao DNIT e à PRF dando conhecimento sobre a manifestação. Solicitou que cada entidade levasse para a BR pelo menos duas ou três pessoas para participarem do ato. Reiterou a disposição de, após a realização da manifestação na BR, realizar uma visita a uma escola para verificar in loco a situação da merenda dos estudantes, até porque antes de tudo somos cidadãos.

Marco Pinheiro

Solicitou que lhe fosse passada a lista de inadimplentes para que possa conversar com os presidentes.

2.7 O que ocorrer

Alexandre Porto

O Coordenador confirmou a manifestação para o dia 22, segunda-feira, às 7h, no local do buraco, no Km 94 da BR 101, próximo à fábrica da empresa Leite de Rosas. A imprensa será convidada e o convite seguirá via e-mails e WhatsApp. Nada mais havendo para tratar, o Coordenador agradeceu a presença de todos os presidentes e convidados, dando por encerrada a reunião.